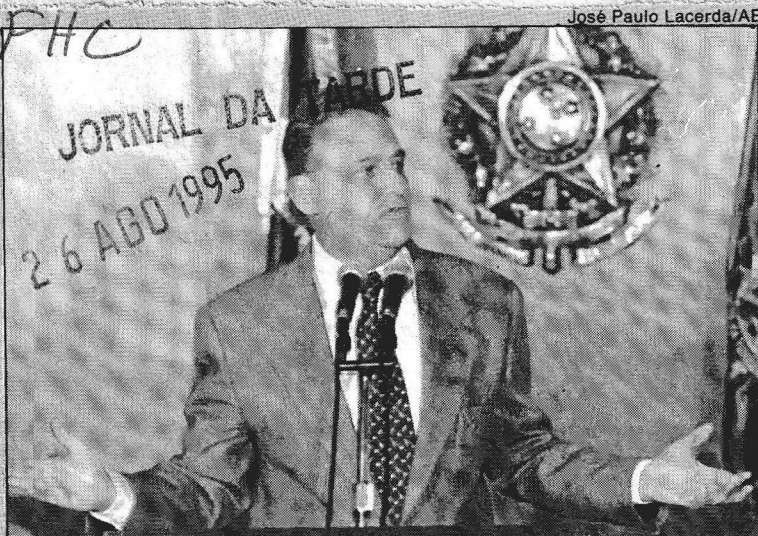


NOVO RÓTULO

## Presidente agora se diz "neo-social"

O presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou ontem a solenidade de regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para se definir como neo-social e condenar o rótulo de neoliberal que tem sido dado a seu governo. "Não é que me incomode ser chamado de neoliberal", afirmou. Mas considera a definição de errada. "Neoliberal é um conceito de quem não tem imaginação, de quem não vê a realidade, de quem copia", disse. "Por que não falam de uma política neo-social, que é o que nós estamos fazendo, ao invés de inventar e se perderem em conceitos vazios, que não se aplicam a um país como o nosso?" A solenidade também marcou o lançamento do programa do governo, que concederá um salário mínimo a idosos e deficientes, a partir do próximo ano, e atenderá crianças carentes.

Para o presidente, é necessário que se discuta o que é uma política neo-social. Ele disse que a expressão "neo" é usada porque o País não quer mais o



FHC discursa na solenidade de regulamentação do Fundo de Assistência Social

clientelismo. Afirmou que no Brasil a população tem de ser atendida pelo Estado. "Mas não pelo Estado patrimonialista, nem clientelista, nem como Estado que confunde aquilo que é a fazenda do Estado com a fazenda pessoal."

O presidente apelou aos ministros para que ajudem o governo a avançar nas políticas neo-sociais. "É esse entrosamento com a sociedade, a definição de critérios objetivos, o afastamento do clientelismo e da prepotência."

A regulamentação do FNAS, porém, fortalece as estruturas tradicionais de distribuição de verbas sociais e esvazia parcial-

mente as funções do Programa Comunidade Solidária, coordenado pela primeira-dama, Ruth Cardoso. Fernando Henrique entregou à Secretaria de Assistência Social (SAS) do Ministério da Previdência, comandada pela ex-deputada Lúcia Vânia (GO), um orçamento para 1996 estimado em R\$ 1,8 bilhão, para coordenar o FNAS.

Além de passar a ter dinheiro para os programas que garantirão um salário mínimo mensal a idosos e deficientes, a SAS, sucedânea da LBA, será responsável também pelas "ações emergenciais" — hoje, sob responsabilidade do Comunidade Solidária.